

Capítulo V

Patrimônio, cultura e ambiente: o turismo e a preservação patrimonial na Fazenda Engenho Novo

*Karla Estelita Godoy
Cristiane Valladares de Azevedo*

Patrimônio, cultura e ambiente integrados

Quando, em determinada localidade, o processo de implementação da atividade turística se consolida por meio de uma visão integrada, que se preocupa com aspectos não exclusivamente econômicos, mas também socioculturais e ambientais, e que incorpora ampla participação da comunidade, o turismo se revela como atividade responsável e incentivadora da própria dinâmica em que se circunscrevem as memórias e a identidade local. Pode vir a exercer, mesmo, papel de grande relevância no que se refere à salvaguarda dos bens patrimoniais, já que o patrimônio histórico-cultural, tangível e intangível, passa a ser um dos elementos a compor o plano interpretativo de um projeto de turistificação do espaço. Numa via de mão dupla, esse artifício, tantas vezes concebido com viés exploratório, poderia vir a funcionar como uma das possíveis estratégias de preservação do patrimônio e de fertilização cultural.

A turistificação é geralmente compreendida como o processo de implantação da atividade turística em espaços com tal potencial a ser aproveitado, a fim de adaptá-los para o recebimen-

to de turistas. Dito desse modo, estaria em evidência apenas uma direção desse procedimento, uma vez que pressupõe ação isolada por parte dos que detenham o poder de instaurar o turismo em determinada localidade. Ficam de fora, assim, tanto os projetos que efetivamente envolvem a comunidade como o fato de que, em alguns casos, é a própria comunidade local que deseja integrar a atividade turística em sua dinâmica cultural. Embora se possa pôr em xeque essa escolha, segundo uma perspectiva purista que a considere como deturpação dos propósitos de um grupo cultural – tendo em conta a atividade artificializada –, não se podem julgar os caminhos que constituem e são constituídos pela cultura. Há de se levar em consideração, igualmente, que os turistas também são agentes sociais nesse processo de turistificação, pois, sem eles, o arranjo turístico não funcionará.

Portanto, há controvérsias que atravessam a semântica turística para além das dicotomias recorrentes que a situam em polaridades positivas ou negativas, que ora demonizam o turismo como algo extremamente danoso, ora o canonizam em nome de retóricas do enaltecimento econômico e falácias sobre inclusão e benefícios sociais, como a já saturada justificativa da “geração de emprego e renda” para a população local. Logo, não se deve tratar essa problemática de modo reducionista, mas encará-la em sua complexidade, levando em conta as diversas tessituras culturais e conjunturais. É a isso que se propõem as reflexões presentes neste ensaio, que relacionam patrimônio, cultura e ambiente, considerando a atividade turística como aliada da preservação do patrimônio cultural tangível e intangível. Para tanto, o texto aborda assuntos como identidade cultural e memória social e apresenta pressupostos para a possível construção participativa de um circuito turístico na Fazenda Engenho Novo, localizada no bairro de Monjolos, município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro.

As seções seguintes tratarão da preservação do patrimônio cultural e ambiental, de memória social e turismo e da atividade

turística como aliada da preservação do patrimônio, da cultura e do ambiente. Nas considerações finais, a ideia de implantação do circuito turístico da Fazenda Engenho Novo é reforçada, tomando por base princípios norteadores como os da sustentabilidade e da construção de vivências que integrem comunidade nativa e turistas.

Nossos estudos sobre a Fazenda Engenho Novo se iniciaram há treze anos, aproximadamente. Como resultado, foram produzidos artigos acadêmicos, publicados e apresentados em congressos realizados no Brasil e no exterior, a fim de defender a relevância do tema e assegurar sua propagação. Dois projetos técnicos já foram apresentados a instituições públicas e a representantes da comunidade local: o Centro de Memórias da Fazenda Engenho Novo e o circuito turístico de que trata o presente texto. Assim, procuramos abordar no V Simpósio Ambiental do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, dedicado aos estudos socioambientais na Fazenda Engenho Novo e que originou essa publicação, um recorte das nossas pesquisas e temas que contribuem com o processo de recuperação estrutural e ambiental desejado.

A preservação do patrimônio cultural e ambiental

O artigo 1.º do Decreto-lei n.º 25, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, em 30 de novembro de 1937, define o patrimônio histórico e artístico nacional como um conjunto de bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Se forem levados em consideração todos os aspectos e contextos ligados à Fazenda Engenho Novo, o texto do Decreto-lei reforça seus requisitos como patrimônio relevante a ser preservado. Um dos recantos preferidos do Imperador D. Pedro II, a Fazenda é composta por conjunto arquitetônico dos períodos colonial e imperial no Brasil e abrigava, em suas terras, inúmeras espécies de árvores

raras e palmeiras imperiais, doadas por D. João VI – quem também plantou a primeira muda de Palmeira Imperial, no Rio de Janeiro.

A Fazenda Engenho Novo nos transporta para meados do século XVIII, estendendo-se ao século XIX – período em que foi grande produtora de cana-de-açúcar e tinha um engenho de cachaça e açúcar. Seu primeiro proprietário ilustre, Belarmino Ricardo Siqueira, Barão de São Gonçalo, era amigo de D. Pedro II, que se hospedava na Fazenda por ocasião de suas visitas à Freguesia de São Gonçalo.

No século XX, a Fazenda sediou a primeira corrida automobilística do Rio de Janeiro, promovida pelo Automóvel Clube;⁷ também serviu de cenário para as gravações do filme *Álbum de Família* e da minissérie *Memorial de Maria Moura*, produzida pela Rede Globo de Televisão.

Figura 1. Casa Grande, meados dos anos 1990



Fonte: Acervo Fundação Barão de São Gonçalo.

⁷ A primeira corrida automobilística foi realizada no dia 19 de setembro de 1909. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/cinema/docs/imagens.html>. Acesso em: 17 ago. 2007.

Em 1998, a Fazenda Engenho Novo foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), por meio do Processo n.º E-18/000 662/98. Entretanto, não parece ter havido, na época, preocupação com a viabilidade econômica do local, considerando, por exemplo, o aproveitamento da área para atividades culturais, que tornasse autossustentável o bem tombado, de modo a facilitar sua preservação e conservação. Com o abandono e o descaso das autoridades responsáveis pela propriedade e por seu tombamento, a Fazenda entrou em total decadência. Ainda na década de 1990, funcionou como sede da Defesa Civil de São Gonçalo, mas sua deterioração se intensificou logo depois que a Defesa Civil desocupou o edifício. A partir de então, a Fazenda teve suas portas e janelas arrancadas, móveis e utensílios furtados, e, como se não bastasse, ocorreu um incêndio considerado criminoso. Somados aos danos próprios à ação do tempo, todos esses eventos vêm contribuindo para a degradação acelerada da Fazenda. Desde 2004, existem apenas ruínas dessa parte significativa do patrimônio histórico gonçalense, apesar da manutenção do tombamento.

O tombamento, principal instrumento jurídico até hoje aplicado para impedir a destruição de bens culturais, não implica a perda de propriedade do bem; a responsabilidade de sua conservação continua sendo do proprietário, que é proibido de demoli-lo, de descaracterizá-lo ou, quando se trata de um objeto de arte, de retirá-lo dos limites do território nacional, sem prévia aprovação do órgão competente (Rodrigues, 2003, p. 20).

Por direito, a Fazenda é propriedade do Governo do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que o bem foi desapropriado pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), por meio do Decreto n.º 19.456, de 20 de dezembro de 1993. O objetivo alegado da desapropriação foi o assentamento

de produtores rurais nas terras da Fazenda e o aproveitamento das áreas da Casa Grande e da Senzala como estruturas de apoio ao local, funcionando, por exemplo, como escola agrícola ou como salas de vídeo – o que nunca aconteceu.

Ao longo do tempo, formou-se uma comunidade em torno da Fazenda, composta por sítios originados do desmembramento de suas terras.⁸ Alguns desses sítiantes da região chegaram, várias vezes, a se reunir em mutirões para realizar a limpeza da propriedade, mas, como não eram em número suficiente e não tinham nenhum outro incentivo, a prática de vandalismo e o furto de peças históricas de valor comercial relevante acabaram por se sobrepôr àquelas iniciativas.

A falta de consciência e a negligência das autoridades competentes são fatores que contribuem de modo significativo para a prática de ações agressivas ao patrimônio cultural, natural e à própria cultura de uma região, ou mesmo de uma nação. A destruição do patrimônio natural e cultural vai muito além da destruição física, concreta. Ela desarticula a sociedade e desorganiza o sentido de bem comum existente no grupo. Não à toa, o significado de preservação do patrimônio se estende às condições efetivas de preservação tanto da memória social quanto da identidade de um povo.

Memória social e turismo

Como reconhecer ruínas que, à primeira vista, podem parecer escombros e legitimá-las como patrimônio histórico-cultural de uma cidade ou região? Atualmente, um dos fatores que contribuem para que a Fazenda Engenho Novo ainda seja considerada patrimônio é justamente a identidade que alguns membros da comunidade local têm com suas ruínas e com todo o imaginário do lugar.

⁸ O acesso à Fazenda Engenho Novo se dá pela Rodovia Amaral Peixoto (RJ-104), seguindo pela Estrada José de Souza Porto, Largo da Ideia e Estrada Rio Frio – esta última já dentro da propriedade.

Pode-se compreender identidade – exigência constitucional para a caracterização do patrimônio cultural – com apoio das palavras de Stuart Hall (2005, p. 38):

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’.

Desse modo, o bairro de Monjolos conseguiu, apesar das várias transformações ocorridas em épocas distintas, manter em processo sua identidade rural, sua memória e seu imaginário. Os moradores mais antigos narram com prazer as histórias dos áureos tempos da região, revelando o desejo da comunidade de valorização e preservação de sua memória.

É surpreendente a capacidade que os sitiantes mais antigos têm de proporcionar, por intermédio de seus relatos, uma viagem no tempo, assim evidenciando, de forma clara, o quanto há de pertencimento entre eles e essas histórias. Apesar de a Fazenda – principal referência material – se encontrar em ruínas, a memória e a história do lugar têm resistido e se mantido vivas. Contudo, a cada dia que passa, também vão tornando-se fortes candidatas a um futuro arruinamento. O que acontecerá, por exemplo, se as – cada vez mais – ameaçadas ruínas, que insistem em existir, virarem pó e os poucos sitiantes, que ainda mantêm suas memórias ativas, também não mais estiverem lá? Se “[...] toda perda sofrida pela cultura material deixa marcas impagáveis na memória desse povo” (Martins, 2006, p. 20), é incontestável que a região de Monjolos ainda sofrerá mais consequências, como as que já foram testemunhadas neste curto espaço de tempo.

Figura 2. Fazenda Engenho Novo em dois momentos: em 2009 (à esquerda) e em 1998 (à direita)



Fonte: Cristiane Valladares de Azevedo.

Mas as ruínas da Fazenda, que vinham sofrendo ações do tempo – como pequenos desmoronamentos – de forma cada vez mais intensa, poderiam desaparecer, se algo não fosse feito imediatamente. Alguns estudiosos⁹ da preservação patrimonial e da Fazenda Engenho Novo já alertavam para os perigos a que o bem cultural estava sujeito e propunham ações eficazes, como a técnica de consolidação¹⁰ de ruínas.

⁹ Consultar, nas referências bibliográficas deste texto, trabalhos e artigos de autores como Azevedo, Godoy e Martins.

¹⁰ A consolidação pode ser considerada um processo inicial de salvaguarda patrimonial, que visa interromper o desgaste material sofrido e a conservação do que sobrou de sua estrutura arquitetônica original, garantindo, assim, que os resquícios do patrimônio material possam ser preservados para as gerações presentes e futuras. No Brasil, existem alguns casos de sucesso – exemplos emblemáticos são as Reduções Jesuíticas de São Miguel das Missões, no estado do Rio Grande do Sul, e o Parque das Ruínas, no bairro de Santa Teresa, Rio de Janeiro – em que se adotou a consolidação de ruínas históricas como uma saída para a preservação da memória. Alguns desses locais se transformaram em atrativos turísticos de grande relevância.

Contudo, em pesquisa de campo das autoras deste trabalho, pôde-se constatar que não se optou pela consolidação, e sim por obra na Casa Grande, que descaracterizou a construção histórica, principalmente do ponto de vista estético. Não se soube, objetivamente, se a deliberação técnica foi dada pelo INEPAC ou pelo ITERJ, pois não se teve acesso ao Termo de Referência ou a algum documento que contivesse a especificação técnica para a execução do escoramento ou restauração.¹¹

Figura 3. Imagens da arquitetura ainda intacta da Fazenda



¹¹ Para obter maiores detalhes sobre o processo que conduziu à obra realizada na Casa Grande da Fazenda, confira o artigo das autoras do presente texto, publicado no 2.º Colóquio Internacional RIGPAC, realizado em Florença, no ano de 2012, intitulado “Hacienda *Engenho Novo*: el destino de un bien patrimonial delante las intervenciones y cambios producidos en su territorio, a partir de políticas de preservación y de incentivo al turismo”. O artigo está listado nas referências bibliográficas.



Fonte: Cristiane Valladares de Azevedo e Karla Estelita Godoy.

Figura 4. Imagens feitas após as obras, em 2012





Fonte: Cristiane Valladares de Azevedo e Karla Estelita Godoy.

Como se pode ver nas imagens em comparação (figura 4), embora a obra não estivesse completa, a execução parece não ter sido baseada nas referências históricas ou em imagens antigas. O restauro denota certa artificialidade do aspecto arquitetônico, ou seja, não recriou a ambiência de uma fazenda produtora do período colonial. As janelas da parede dos fundos, apesar de não terem estado materialmente presentes há bastante tempo, poderiam ter sido recuperadas visualmente, com o apoio de registros fotográficos, mas o que encontramos no lugar foram paredes sem nenhum tipo de abertura. Esse elemento arquitetônico, além de sua importância para compreendermos quais os recursos utilizados para ventilação e iluminação, quando não havia eletricidade, é parte integrante do estilo da época. Também foi perdida a conexão entre a sede colonial e o prédio anexo, de arquitetura neoclássica, construído no século XIX. Levando em consideração que as obras parecem ter optado pelo caminho da restauração, e não da consolidação, não aparentava que o muro de entrada com gradil, que ficava diante da casa, seria reconstruído nesse projeto, além

de ainda faltarem o alpendre de entrada e as telhas características desse tipo de construção. Cumpre ressaltar que, no caso da inviabilidade de restauro dos itens, é válido o trabalho de escoramento das ruínas e de inserção de estruturas modernas, contanto que fique evidente que isso foi fruto de uma escolha, e não de uma tentativa fracassada de restauro. Se a restauração foi o caminho escolhido, o ambiente da Senzala, que abrigava homens e mulheres que lá trabalharam, não deveria ser espaço desprezado, pois a consciência dos atos do passado contra a população negra e a importância dessa etnia na formação econômica, cultural e social do país são pontos cruciais no âmbito dos estudos históricos e sociais, realizados no ambiente acadêmico e no universo escolar brasileiro.

Muitos produtores rurais (que também se autodenominam *sitiantes*), ao verem a edificação coberta após as obras de 2012, ficaram contentes, pois suas reuniões, que aconteciam à sombra de árvores, passaram a ocorrer nesse “novo espaço”. Entretanto, nem todos se deram conta de que estão habitando um patrimônio tombado e descaracterizado, o que causa distorções na memória social da região, além de se constituir como crime contra patrimônio.

Em conversa com uma produtora rural, as autoras deste trabalho perguntaram a ela se já tinha ouvido falar de outros bens patrimoniais, citando exemplos diversos, até alguns remotos, como as Pirâmides do Egito e templos da Grécia Antiga. Quando ela respondeu que sim, perguntamos o que acharia se instalassem um canteiro de obras no terreno em que estão esses monumentos e cimentassem suas paredes, que, hipoteticamente, corriam risco de cair. Ela, já entendendo nossa analogia, disse com olhar um tanto reflexivo que “isso não seria bom”. Depois de breve pausa, completou: “agora que vocês falaram, vou pensar sobre isso”. Essa fala não expressa a visão de todos os *sitiantes*. Alguns já haviam se questionado quando acompanharam as obras, e balançavam a cabeça como se estivessem reprovando o que viam e impotentes diante da ação que se desenrolava. Outros consideravam a obra

um benefício, pois, pelo menos, garantiria a eles uma espécie de galpão para que realizassem suas reuniões.

A Fazenda Engenho Novo é, sem dúvida, espaço repleto de histórias e memórias, devido às suas múltiplas referências. Mas se a recuperação da Fazenda não for realizada de modo atento à caracterização histórica e se não houver destinação apropriada ao uso do seu patrimônio cultural e artístico, a tendência é que, em pouco tempo, toda a memória (patrimônio intangível) fique reduzida a textos sobre o tema e que seu complexo arquitetônico (patrimônio tangível) caia no esquecimento. Não se trata de defesa da cristalização da memória, mas, ao contrário, da sua dinâmica, que pode ser irreversivelmente distorcida.

Para muitos dos sitiantes, a Fazenda Engenho Novo é parte de suas vidas. Só que, aos poucos, e cada vez de forma mais rápida, o patrimônio da Fazenda vem se transformando em mais ruínas ou sendo descaracterizado, sem que eles, por mais que tentem, consigam deter essa destruição.

Ceifar um ícone do patrimônio material acarreta danos que podem ser causados à estrutura do eu-cidadão. Ninguém paga por esses crimes, na medida em que não se pensa na dimensão de sofrimento que se pode causar, muitas vezes passivamente, ao cidadão, quando ele se depara com o nada (Martins, 2006, p. 25).

Os crimes contra a memória e a identidade podem até ficar impunes, mas serão sempre lembrados e experimentados pela sociedade e por suas vítimas. O cidadão que vivencia o processo de destruição de suas referências materiais, culturais, ambientais acaba por perder um pouco de si mesmo e de seu sentido de coletividade. Cria-se um vazio imaterial, que equivale ao do próprio patrimônio material, ou é às vezes pior.

A atividade turística como aliada da preservação do patrimônio, da cultura e do ambiente

Certas propriedades da Fazenda já se empenham em desenvolver, além da agricultura familiar, algum “turismo improvisado”. Numa tentativa de manter vivo o local – e, portanto, a dinâmica da cultura – e de proporcionar alguma renda extra às suas famílias, alguns sítiantes abriram espontaneamente suas porteiras para atividades de lazer, como passeios a cavalo, charrete e “pesque e pague” (posteriormente desativado). Algumas programações incluem visitação às ruínas da sede da Fazenda, mas a integração entre as propriedades ainda é muito difícil, pois não existem incentivos nem investimentos para a melhoria da infraestrutura local (vias de acesso, transporte, sinalização, entre outros equipamentos), e nem há planejamento adequado para a inserção profissional da atividade turística que favoreça e se integre com a iniciativa dos próprios sítiantes.

Tendo em vista o perfil do local e de seus moradores, considera-se que o desenvolvimento de um projeto sustentável de turismo na região poderia se transformar num importante aliado a contribuir, de forma significativa, com a melhoria do bairro e com a valorização da cultura local. Na medida em que a renda dessas famílias é, na maioria dos casos, voltada para a agropecuária familiar, a criação e a implementação de um circuito turístico poderia viabilizar uma dinâmica econômica entre os sítios, em meio a outras possibilidades reais de geração de renda e de emprego, que proporcionassem, de fato, inclusão e participação direta da comunidade, distante do mero discurso falacioso do benefício econômico.

Alguns produtores rurais manifestam grande interesse em que o turismo se desenvolva de forma proficiente na região. Sítiantes que vivem em torno da Fazenda têm expectativas em relação ao desenvolvimento de atividades de lazer e de turismo, pois

acreditam que tais iniciativas também possam contribuir de forma contundente para a preservação das próprias ruínas – ainda que isso, muitas vezes, possa parecer um contrassenso, dado o estereótipo que condena o turismo como atividade primordialmente danosa ao patrimônio. Contudo, eles acreditam que, uma vez tratada como atrativo turístico e cultural, a sede da Fazenda ganharia nova dimensão e status – nas palavras deles, o governo cuidaria mais, porque aquilo se tornaria importante para outras pessoas além deles. Nesse claro exemplo do quanto se sentem desprestigiados pelos governos, reside a sabedoria: patrimônio partilhado e em usufruto gera pertencimento, valorização e, conseqüentemente, consciência e ações de preservação mais eficazes.

Com base na Lei n.º 6.513, art. 1º, inciso I, pode-se dizer que a Fazenda Engenho Novo e seu entorno, por sua importância histórica, podem ser também consideradas área de interesse turístico. Então, uma vez que a Fazenda se apresente como espaço passível de turistificação, tanto do ponto de vista de sua relevância histórica quanto do contexto sociocultural de seus moradores, seriam bem-vindas ações que conjugassem consciência e vontade política, participação da comunidade, interesses de empreendedores e de investidores, pessoal capacitado para a construção e desenvolvimento de um projeto turístico integrado. Esse é um dos primeiros passos para a implementação da atividade turística que se entende sustentável – e que, nesse caso, também funcionaria como importante estratégia de preservação do patrimônio local.

Entretanto, grave dilema vem-se impondo como obstáculo: enquanto o turismo responsável se qualifica como uma das principais alternativas à deterioração do patrimônio material e imaterial da área, o total abandono da Fazenda, ao longo dos anos, por parte de seu proprietário, o Governo do Estado, representado pelo ITERJ e pelo INEPAC, impediu até mesmo a tentativa de se desenvolver um projeto de turismo sustentável na região, como opção à degradação da área. Muito frequentemente podem ser ob-

servadas apropriações indevidas e irresponsáveis dos bens culturais por parte do turismo. Porém, no caso da Fazenda Engenho Novo, o processo de degradação e de desamparo que atinge os bens culturais, naturais e todo o seu entorno é responsável pelo prejuízo e pela impossibilidade de implantação até mesmo da própria atividade turística.

Sabe-se que a preservação do ambiente é um dos fatores de elevada importância para o desenvolvimento e manutenção da atividade turística de um destino. Segundo Ruschmann (1997, p. 19), “a inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui a ‘matéria-prima’ da atividade”. De acordo com a autora, por meio ambiente entende-se a biosfera, com seus ecossistemas, constituídos de comunidades integradas por indivíduos. A definição de meio ambiente também inclui todos os tipos de construções feitas pela mão do homem: cidades, monumentos históricos, sítios arqueológicos e, ainda, os padrões de comportamento das populações – o folclore, o vestuário, a gastronomia e o modo de vida das comunidades (Ruschmann, 1997, p. 10).

Portanto, uma vez presentes em determinado destino, esses elementos funcionarão como indicadores do fluxo turístico na região. No caso do município de São Gonçalo, especificamente no bairro de Monjolos, pode-se identificar que o incremento da atividade turística é absolutamente prejudicado pela falta de medidas adequadas ao desenvolvimento e à preservação das características do local.

Evidentemente, “a infraestrutura de uma cidade e sua estrutura turística são essenciais para o desenvolvimento desse setor, porém a história de um povo é a base para atrair visitantes” (Beltrão, 2001, p. 86). Isso significa dizer que o desenvolvimento turístico da região de Monjolos não deveria somente estar focado em ações que viabilizassem melhorias na infraestrutura, mas também em um conjunto de fatores ligados diretamente à im-

plantação de políticas públicas de valorização da cultura local e de reconhecimento de sua importância histórica para a construção da identidade do município. Não bastaria criar e manter infraestrutura adequada à implantação de atividades turísticas, mas seria necessário planejamento que envolvesse a comunidade, por meio da retomada de sua história e da construção de suas memórias e identidades locais. Mas nem uma ação nem outra, até o momento, foram realizadas, e, com isso, perde-se a chance de o turismo cumprir seu papel social. Alerta-se que, “quando adaptado ao ambiente local e à sociedade, por meio de planejamento e gestão cuidadosos, o turismo pode atuar num papel preponderante na conservação do ambiente” (Beltrão, 2000, p. 92), motivo pelo qual esse seria um dos caminhos para a preservação da Fazenda Engenho Novo e de todo o seu patrimônio.

Figura 5. Fazenda Engenho Novo, em 2017



Fonte: Cristiane Valladares de Azevedo.

Como já mencionado, a existência de um circuito turístico na Fazenda poderia tanto contribuir, de um lado, para manter dinâmica a memória da comunidade local quanto, de outro, para consolidar e salvaguardar as ruínas da Fazenda Engenho Novo, já que elas estariam imbricadas em uma rede rural/cultural. De fato, toda a história do lugar começa na Fazenda (agora em ruínas) e na localidade à sua volta, e é a comunidade que a mantém viva, por meio não apenas de suas memórias, mas também de sua identificação com o patrimônio histórico-cultural, cada vez mais próximo da destruição praticamente irreversível. Assim, sem demagogias, uma atividade turística responsável na região, longe de ser algo danoso ao local e à sua população – como se impõe várias vezes –, poderia ser adotada como produtiva ferramenta a gerar benefícios para a preservação desse patrimônio cultural material e imaterial, bem como a alavancar novas e factíveis possibilidades de geração de renda para a economia local.

Circuito Engenho Novo: diálogo entre a agricultura familiar e o turismo como forma de complementação da renda local

O debate sobre o crescimento das atividades não agrícolas no campo tem levantado inúmeras questões em relação às novas funções e significados atribuídos ao espaço rural e à própria atividade agrícola (Rodrigues, 2012). Cada vez mais, o campo vem diversificando suas atividades. Produtores desenvolvem, ao mesmo tempo, culturas variadas e até industrializam parte de sua produção, produzindo queijos, cachaças e doces. Existem, ainda, aqueles que, em meio a tudo isso, optaram por abrir suas propriedades para o recebimento de turistas ou visitantes em geral, transformando, assim, seu trabalho em produto, ao incorporarem atividades de lazer e turismo à sua dinâmica diária. O campo ganhou ressignificação e é recorrentemente percebido como lugar de

lazer, de paz, de tranquilidade, adequado ao descanso e à aquisição de produtos saudáveis.

As novas perspectivas do espaço rural inspiram a proposta de multifuncionalidade. Assim, os sítios passam a contar com uma possível parceria entre a agricultura familiar – principal atividade econômica da região – e o turismo como fator de complementação da renda familiar. Segundo o Ministério do Turismo (MTur), o Turismo Rural – considerado pelo MTur como segmento relativamente novo e em fase de expansão no Brasil – tem seu crescimento explicado pelas seguintes razões:

a necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos; a vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes, de conviver com a natureza, com os modos de vida

[...] e com as formas de produção das populações do interior (MTur, 2003, p. 6).

Apesar de a primeira razão ser apontada por um órgão estatal como o MTur, de acordo com as diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural (2004), entendemos que não se deva generalizar em relação aos produtores rurais, de modo a não considerar sua inclusão ou participação em atividades voltadas para a prática turística como necessidade de primeira ordem. Alguns atores sociais que decidem abrir suas propriedades para o acolhimento de turistas ou visitantes o fazem, muitas vezes, à procura de alternativa para a complementação da renda ou para valorizar a história que, em alguns casos, envolve a propriedade rural. Assim, o segmento de Turismo Rural insere-se no contexto dos Planos Nacionais de Turismo, na medida em que busca contribuir para diversificar a oferta turística, aumentar os postos de trabalho e a renda no meio rural, valorizar a pluriatividade e as diversidades regionais, consolidar produtos de qualidade e interiorizar as

atividades turísticas. Desmitifica-se, então, a imagem, construída durante anos, de que o Brasil é apenas destino turístico de sol e praias. A diversificação da oferta de um produto turístico em áreas rurais pode surpreender o turista ou visitante que se depara com atrativos naturais e culturais mesclados em um mesmo espaço. Quanto ao aumento de postos de trabalho e ao incremento da renda, entendemos que a atividade turística desenvolvida no meio rural possibilitaria ganho extra às famílias, além de proporcionar alternativas para aqueles que desejam permanecer no campo, apesar de não estarem diretamente envolvidos com as funções campestres. As atividades de turismo e lazer funcionam, também, como opção para os mais jovens, que, embora algumas vezes não exerçam o mesmo labor de seus pais, também não desejam deixar a vida no campo. Portanto, assim se valorizam a pluralidade e as diversidades regionais, que se encontram diretamente relacionadas com a oportunidade de mostrar o modo de ser e de viver em áreas rurais, suas especificidades, formas de cultivo e moradia.

País formado por diferentes nacionalidades, de extenso território e com ampla diversidade climática, o Brasil congrega inúmeras possibilidades de alargar e variar a atuação turística. Não apenas pelo que se produz, mas também pelas singularidades encontradas em algumas áreas rurais brasileiras, como fazendas históricas, antigos moinhos ainda em funcionamento e a paisagem do campo, esta formada por rios, cachoeiras, lagos, em meio ao cultivo de frutas, legumes, hortaliças e à produção de seus derivados. Pluralidade presente entre o lazer e o cuidado com a terra, representada pelas criações de animais de grande a pequeno porte, pelos pomares, hortas, pelas produções de doces e queijos que vêm se transformando em produtos a serem adquiridos e consumidos também pelo turista ou visitante. Para solidificar qualidade, o MTur inseriu, desde o Plano Nacional de Turismo (2003-2007), oportunidades de consolidação de produtos turísticos no meio rural, estabelecendo metas e criando estratégias de estruturação e

capacitação dos atores sociais envolvidos no processo de abertura de suas propriedades ao turismo. É cada vez maior a quantidade de pessoas que deseja conhecer as propriedades em que são produzidos e cultivados os alimentos adquiridos nas feiras orgânicas. Logo, é desejável haver mão de obra qualificada e capacitada para a construção de conhecimento integrado e que atue em consonância com a comunidade.

A título de exemplo, na cidade de Petrópolis, região serrana do Rio de Janeiro, os produtores rurais do Brejal e os integrantes do Grupo de Produtores Orgânicos estão inseridos no chamado Circuito Ecorrural do Brejal. Pelo menos uma vez ao ano, abrem suas propriedades para receberem os consumidores de seus produtos, vendidos em feiras de orgânicos nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói (RJ). Os consumidores vivem “um dia na roça”, após adquirirem pacote com transporte, café da manhã, almoço, lanche da tarde e visitação – realizada no intervalo entre as refeições, passando por algumas propriedades que produzem aquilo que é adquirido por eles nas feiras, inclusive com direito a colher o produto que levarão para casa ao final da visita. A interiorização das atividades turísticas, além de conscientizar as pessoas sobre essa realidade, também pode contribuir, em certa medida, para que o número de turistas e visitantes, em circulação nos grandes centros urbanos, seja redistribuído para outras regiões do país, descentralizando o fluxo e proporcionando melhor distribuição dos ganhos gerados pela atividade turística.

Considerações finais

O presente texto integra série de ensaios e projetos realizados sobre a Fazenda Engenho Novo nos últimos anos. Um de seus objetivos é suscitar a reflexão sobre a importância da preservação e da valorização do patrimônio, da cultura, do ambiente, da memória social e da identidade cultural, associados à atividade

turística responsável, sustentável e planejada, como fortalecedora desse processo.

Entretanto, como destacamos, tudo nos leva a crer que se vem configurando um impasse em relação à implantação de atividades turísticas na região, na medida em que se verifica a falta de incentivo do poder público, especialmente no que tange aos cuidados que requerem a região de Monjolos e, mais especificamente, a Fazenda Engenho Novo e seu entorno. Se, em curto prazo, nenhuma ação mais enérgica for deflagrada, será inevitável o processo de transformação do patrimônio, já em ruínas e bastante descaracterizado, em um amontoado de cacos e fragmentos, que tendem a se dispersar e, quiçá, desaparecer. Antes que isso ocorra, é importante que alertas e propostas teimem em vislumbrar caminhos, a fim de se tornarem peças imprescindíveis nessa complexa engrenagem da preservação patrimonial.

Em reunião com o presidente da Associação e do Sindicato dos Produtores Rurais e com a presidência do ITERJ, as autoras deste trabalho apresentaram uma proposta de pesquisa¹² para a implantação do Turismo Histórico Rural para a Fazenda Engenho Novo. Como coordenadora do Grupo de Pesquisa Turismo, Cultura e Sociedade, do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense, uma das autoras elaborou, juntamente com equipe multidisciplinar de profissionais,¹³ projeto de cunho técnico, sustentável no sistema de circuito, construído em conjunto com alguns sitiantes, que manifestaram seus desejos, possibilidades e ideias. A proposta foi bem recebida por parte dos atores sociais envolvidos, mas o convênio para o desenvolvimento do projeto não se efetivou. São necessários vários procedimentos, desde a preservação e a restauração dos bens culturais de forma

¹² O projeto está instalado no Grupo de Pesquisa Turismo, Cultura e Sociedade (T-Cult-UFF), cadastrado na plataforma do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

¹³ A equipe é composta por professores e pesquisadores da UFF e de outras universidades, com formação nas áreas de Turismo, Museologia, Sociologia, Antropologia e Economia.

adequada e ações para a preservação da memória, a integração, conscientização e participação da comunidade local, até o envolvimento responsável do poder público e dos demais envolvidos, para que se possa garantir o pleno desenvolvimento da localidade, minimizando danos que lhe possam ser causados.

A sistematização de um circuito turístico como atividade cultural de valorização do patrimônio e de sua comunidade, interligando as produções de cada sítio da Fazenda, fortaleceria a identidade territorial e parte da autonomia socioeconômica dos sítiantes. Desse modo, as políticas públicas de preservação e as atividades de incentivo ao turismo, uma vez trabalhadas em conjunto e integradas ao modo de vida dos produtores rurais, apresentam-se como caminho para selar a Fazenda Engenho Novo como bem patrimonial a ser preservado, tanto para a comunidade local quanto para a sociedade e as futuras gerações.

Referências

- AZEVEDO, C. V. de. *Um Engenho de Memórias: turismo, memória e patrimônio movendo a Fazenda Engenho Novo* (monografia). FAP, 2007.
- _____. *Agricultura, memória, paisagem e turismo: as perspectivas de construção de Novas Ruralidades no Assentamento Rural Fazenda Engenho Novo* (dissertação). UFRRJ, 2015.
- _____. e GODOY, K. E. “Identidade rural e turismo: relatos orais construindo ruralidades e produzindo a atividade turística na Fazenda Engenho Novo”. *Anais da XI Edição do Congresso Cidade Revelada*. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2009.
- _____. e MARTINS, M. C. “A consolidação das ruínas da Fazenda Engenho Novo São Gonçalo/RJ e a preservação e reutilização de um patrimônio cultural”. *Anais do I Congresso Internacional de Turismo*. Bolívia: Centro de Estudos Transdisciplinares Bolívia, 2007.
- BELTRÃO, O. *Turismo: a indústria do século XXI*. São Paulo: Novo Século, 2001.
- BRAGA, M. N. C. *O município de São Gonçalo e sua história*. Niterói, Rio de Janeiro: Nitpress, 2006.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil*. 2004.

- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Manual do Plano Safra da Agricultura Familiar 2003/2004*.
- CAMARGO, H. L. *Patrimônio histórico e cultural*. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção ABC do Turismo).
- GODOY, K. E. “Circuito turístico na Fazenda Engenho Novo: possibilidades para a preservação do patrimônio cultural, a valorização da comunidade local e a profissionalização de atividades geradoras de renda”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: Associação Nacional de História, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312773834_ARQUIVO_ArtigoANPUH-CircuitoTuristicaFEN-KarlaGodoy.pdf.
- _____ e AZEVEDO, C. V. “Turismo, memória e patrimônio no circuito turístico digital da Fazenda Engenho Novo”. *Anais do 6.º Foro Latinoamericano “Memoria e Identidad”*. Montevideo: Signo Centro Interdisciplinario, 2009.
- _____ e _____. “Hacienda Engenho Novo: el destino de un bien patrimonial delante las intervenciones y cambios producidos en su territorio, a partir de políticas de preservación y de incentivo al turismo”. *Anais do 2.º Coloquio Red Internacional de pensamiento crítico sobre globalización y patrimonio construido*. Florença: Aracne Editrice, 2012.
- GONDAR, J. e DODEBEI, V. (orgs.). *O que é Memória Social?* Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2005.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural do Rio De Janeiro. *Dossiê de tombamento da Fazenda Engenho Novo*, 1998.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Página inicial*. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2014.
- MARTINS, C. (org.). *Turismo, cultura e identidade*. São Paulo: Roca, 2003.
- _____ (org.). *Patrimônio Cultural: da memória ao sentido do lugar*. São Paulo: Roca, 2006.
- MARTINS, M. *Métodos de consolidação de ruínas* (dissertação). UFF, 2003.
- PANOSSO NETO, A. “Experiência e turismo: uma união possível”. In _____ e GAETA, C. (orgs.). *Turismo de experiência*. São Paulo: Editora Senac, 2010, pp. 43-55.
- PEREIRA, S. G. “Arte no Brasil no século XIX”. In OLIVEIRA, M. A. R. de et al. (orgs.). *História da Arte no Brasil: textos de síntese*. Rio de Janeiro: UFRJ/EBA, 1998, pp. 43-75.
- RODRIGUES, M. “Preservar e consumir: o Patrimônio Histórico e o Turismo”. In FUNARI, P. P. e PINSKY, J. (orgs.). *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 15-24.

RODRIGUES, C. G. O. “O turismo e a reconstrução do espaço rural”. In CARNEIRO, M. J. *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012, pp. 227-46.

RUSCHAMANN, D. *Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente*. 11 ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.